



Escola de Administração  
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO  
PROCURADOR DA FAZENDA  
NACIONAL - 2004

# Prova Objetiva

Gabarito:

1

## INSTRUÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o NÚMERO do Gabarito, colocado acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses NÚMEROS deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, **obrigatoriamente**, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra  *cursiva*, para posterior exame grafológico, se necessário:  
*"Qualquer um que pára de aprender é velho. Quem continua a aprender é e permanece jovem"*
- 5 - **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6 - Na prova há **100 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
- 7 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10 - Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 8.4.7.1 do edital.
- 12 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que **não** poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a **não-observância** dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

**Boa Prova!**

**DIREITO DO TRABALHO, PROCESSUAL DO TRABALHO  
E DA SEGURIDADE SOCIAL**

01- Assinale a opção correta acerca do contrato individual de trabalho.

- a) Verificada a prestação pessoal de serviços habituais, onerosos e subordinados ao tomador dos serviços, o contrato de trabalho será válido e regular, ainda que firmado tacitamente.
- b) Quando envolver a prestação de serviços insalubres, apenas será válido o contrato se contar com autorização prévia do Ministério do Trabalho.
- c) Quando o contrato for celebrado por trabalhador com 15 anos de idade, deverá contar com a prévia e expressa autorização de seus representantes legais, sob pena de nulidade.
- d) O contrato de trabalho é o instrumento jurídico adequado para reger a relação entre o pequeno empregado e o sujeito que contrata os seus serviços.
- e) Ainda que envolva a execução de atividade ilícita, o contrato de trabalho produz os efeitos jurídicos que lhe são próprios.

02- Considerando as regras que informam a solidariedade de empresas no âmbito do Direito do Trabalho, assinale a opção correta.

- a) O reconhecimento da responsabilidade solidária entre duas empresas, por dívidas de natureza trabalhista, apenas é possível se houver previsão contratual expressa nesse sentido.
- b) Em se tratando de empresas que integram o mesmo grupo econômico, o reconhecimento da responsabilidade solidária depende da demonstração do efetivo aproveitamento, por todas elas, da prestação de serviços desenvolvida pelo trabalhador.
- c) Quando verificada a terceirização de serviços, o empregado da empresa prestadora apenas poderá demandar a responsabilização solidária da empresa tomadora se os serviços por ele executados estiverem ligados à atividade-fim desta última.
- d) Ainda que não pertencentes ao mesmo grupo econômico, a responsabilidade solidária entre as empresas que mantêm relação estritamente comercial deve ser reconhecida, se restar evidenciado que a empresa empregadora tem como única cliente a empresa contratante.
- e) Nos contratos de subempreitada, o empregado principal é responsável solidário em relação às dívidas trabalhistas do subempreiteiro, independentemente de qualquer ajuste contratual nesse sentido.

03- Considerando as regras que informam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), assinale a opção correta.

- a) Possuindo natureza tributária, os depósitos do FGTS serão devidos mesmo quando interrompido ou suspenso, por qualquer motivo, o contrato de trabalho.
- b) Os depósitos do FGTS não de ser efetuados mensalmente, tendo como base de cálculo o valor do salário pago ou devido, incluída a gratificação natalina.
- c) A alíquota para cálculo dos depósitos do FGTS pode ser objeto de livre pactuação entre empregado e empregador, desde que verificada a assistência do sindicato profissional correspondente.
- d) Havendo rescisão do contrato de trabalho, qualquer que seja sua causa, os depósitos do FGTS serão liberados ao trabalhador, ressalvando-se, porém, a incidência do acréscimo indenizatório de 40% sobre esses depósitos aos casos em que a dispensa imotivada tiver sido deliberada pelo empregador.
- e) Mediante previsão em Convenção Coletiva de Trabalho, os depósitos do FGTS, relativos aos vínculos jurídicos por ela regulados, podem receber destinação diversa da prevista em lei, desde que em benefício dos próprios trabalhadores representados.

04- Considerando os princípios constitucionais que informam a Seguridade Social, assinale a opção incorreta.

- a) Como expressão do princípio da universalidade da cobertura, a Seguridade Social deve ser organizada para garantir seus benefícios a todos os residentes no país, sem distinções de quaisquer naturezas, desde que atendidos os requisitos previstos em lei.
- b) Por força do princípio da universalidade do atendimento, a prestação dos serviços de saúde a cargo da Seguridade Social é garantida a todos, independentemente do pagamento de contribuições.
- c) O princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais, em face de seu conteúdo genérico, não veda a concessão de benefícios diferenciados para cada qual das populações citadas, desde que justificados por circunstâncias particulares e objetivas.
- d) O princípio da seletividade na prestação de serviços e benefícios corresponde à noção de que compete ao legislador considerar critérios equitativos de solidariedade e justiça social e as possibilidades econômico-financeiras do sistema para definir quais benefícios serão concedidos a determinados grupos de pessoas, em razão de suas especificidades.
- e) À luz dos princípios da isonomia e da equidade na forma de participação do custeio das atividades da Seguridade Social, ao legislador é possível fixar, para as empresas ou entidades a ela equiparadas, alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica desenvolvida.

05- Considerando os beneficiários do Regime Geral da Previdência, assinale a opção incorreta.

- a) É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- b) É segurado obrigatório da Previdência Social, como contribuinte individual, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- c) É segurado obrigatório da Previdência Social, como trabalhador avulso, quem presta serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, definidos no Regulamento.
- d) É segurado obrigatório da Previdência Social, como contribuinte individual, quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
- e) É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.

06- Considerando os benefícios devidos no Regime Geral da Previdência Social, assinale a opção incorreta.

- a) O acidente sofrido pelo segurado, no local e no horário de trabalho, em decorrência de ato praticado por pessoa privada do uso da razão, não constitui acidente do trabalho típico, mas a ele é equiparado para todos os fins legais.
- b) O auxílio-doença é devido ao segurado que, preenchendo, quando o caso, o período de carência fixado em lei, ficar incapacitado para o trabalho por período superior a 15 dias.
- c) Verificada a adoção de criança com 11 meses de idade por segurada da Previdência Social, será devida a licença-maternidade com duração de 120 dias.
- d) O aposentado por invalidez que for declarado apto para o exercício de atividade diversa da que habitualmente exercia, terá preservado o direito à aposentadoria, enquanto permanecer nessa condição, sem prejuízo de seu retorno à atividade.
- e) O auxílio acidente é devido, como indenização, ao segurado que apresentar seqüelas permanentes resultantes de acidente de qualquer natureza que implique redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

## DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

07- João, após acirrada discussão com Pedro, ocasião em que lhe dera uma surra, ameaçou-lhe de morte. Um mês após, ambos se encontraram em um enterro, quando Pedro levou a mão à carteira e João, supondo tratar-se de saque de arma de fogo, atirou em Pedro, matando-o. Ante o exposto, indique a opção que retrata a espécie.

- a) Exclusão da ilicitude.
- b) Exclusão da culpabilidade.
- c) Estado de necessidade.
- d) Exercício regular de direito.
- e) Estrito cumprimento do dever legal.

08- Julgue os itens abaixo, marcando com **F** a afirmativa falsa e com **V** a afirmativa verdadeira e em seguida assinale a opção correta.

- ( ) Fabrício, servidor público, foi condenado à pena de três anos de reclusão por crime de estelionato praticado contra sua noiva. Na sentença condenatória, o juiz determinou a perda do cargo público, com suporte no art. 92, I, do Código Penal.
- ( ) Tício, ao dirigir um veículo de sua propriedade, atropelou e matou um pedestre, capotando seu veículo. Morreram também os quatro passageiros que viajavam no veículo conduzido por Tício. Processado, julgado e condenado por negligência, imprudência e imperícia, o juiz julgou-o inabilitado para dirigir veículo, nos termos do art. 92, III do Código Penal.
- ( ) As hipóteses contidas nos itens anteriores são de aplicação automática, desmerecendo fundamentação.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) F, V, V
- d) V, V, F
- e) F, F, F

09- Julgue os itens abaixo, marcando com **F** a afirmativa falsa e com **V** a afirmativa verdadeira e em seguida assinale a opção correta.

- ( ) A falta de remuneração exclui a sujeição do agente às penalidades da Lei nº 8.429/92.
- ( ) O agente estará diante de exclusão de ilicitude denominada estado de necessidade, quando ele sacrifica um bem de outrem de valor inferior a um próprio que pretende proteger de perigo atual que não provocou ou, de outro modo, não poderia evitá-lo.
- ( ) Jacira fora condenada à pena de prisão por crime de lesão corporal, tendo o juiz substituído a pena de prisão por multa no valor de dez dias/multas, tendo cada dia/multa no importe de um trinta avos do salário mínimo. Transitada em julgado a sentença, Jacira deixou de efetuar o pagamento no decêndio (prazo legal). O juiz, então, converteu a multa em prisão, tão-só pelo não-pagamento.

- a) V, F, F
- b) V, V, V
- c) F, V, F
- d) F, F, F
- e) V, V, F

10- É direito de qualquer acusado

- a) contraditar a imputação parcial ou totalmente.
- b) defender-se limitadamente.
- c) ser considerado culpado até que se comprove sua inocência.
- d) somente falar o que lhe for indagado pelo juiz.
- e) permanecer em silêncio somente quanto às perguntas do promotor.

11- Correlacione os dados referentes às fases e aos prazos do inquérito e da ação penal com o contido na coluna da direita, assinalando a opção correta.

- |   |                |
|---|----------------|
| ( ) início de inquérito policial                          | (1) queixa     |
| ( ) conclusão, inquérito e réu solto                      | (2) denúncia   |
| ( ) oferecimento da denúncia (réu preso)                  | (3) portaria   |
| ( ) peça inicial processo penal por crime de ação pública | (4) prescrição |
| ( ) término do inquérito policial                         | (5) decadência |
|   | (6) relatório  |
|   | (7) 15 dias    |
|   | (8) 9 dias     |
|   | (9) 30 dias    |
|   | (10) 3 dias    |
|   | (11) 5 dias    |

- a) 3, 9, 11, 2 e 6
- b) 10, 3, 5, 7, e 11
- c) 6, 3, 4, 2, e 1
- d) 3, 9, 4, 7, e 5
- e) 9, 5, 2, 7, e 11

12- Julgue os itens abaixo, marcando com **F** a afirmativa falsa e com **V** a afirmativa verdadeira e em seguida assinale a opção correta.

- ( ) A queixa é necessária para instauração da ação penal pública.
- ( ) Nos crimes de ação penal pública condicionada se faz necessária a representação do ofendido.
- ( ) Pode haver perdão do ofendido mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- ( ) A representação é irreatável.
- ( ) Entre os princípios da ação penal pública, constam a oportunidade e conveniência.
- ( ) É possível a renúncia no caso de ação penal privada.
- ( ) A decadência é a perda do direito de punir do Estado.
- ( ) O casamento da vítima com o autor do feito no crime de estupro extingue a punibilidade.
- ( ) A sentença que decreta o perdão judicial gera reincidência.
- ( ) Com o recebimento da denúncia ou da queixa, tem início o processo penal e é causa interruptiva da prescrição.

- a) F, F, F, F, F, F, F, F, F, V
- b) F, F, V, V, F, V, V, F, F, V
- c) V, V, F, V, F, F, F, V, V, V
- d) F, V, F, F, F, V, F, V, F, V
- e) F, V, V, F, F, V, F, V, F, V

---

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13- Sobre o instituto da legitimidade extraordinária, assinale a opção correta.

- a) Legitimidade extraordinária e substituição processual são institutos sinônimos.
- b) O legitimado extraordinário atua no processo na defesa de interesse de outrem, em nome deste, razão pela qual não pode dispor do direito material (*nemo plus iuris transfere ad alium potest quam ipse habet*).
- c) A substituição processual não se confunde com a sucessão processual, pois esta é sempre posterior à instauração da relação processual, e aquela sempre contemporânea à demanda.
- d) Na sucessão processual, o titular do direito age em nome próprio defendendo interesse próprio, constituindo exceção à regra geral segundo a qual "só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei."
- e) O direito brasileiro admite, excepcionalmente, a "substituição processual voluntária", isto é, a que decorre de negócios jurídicos bilaterais, prévios ou concomitantes à formação do processo.

14- Em relação ao instituto do litisconsórcio é correto afirmar:

- a) a decisão proferida em processo em que falte a presença de litisconsorte necessário é *inutiliter data*, ou seja, é ineficaz em relação até mesmo àqueles que participaram do processo.
- b) a limitação ao litisconsórcio multitudinário, por dizer respeito ao interesse público na direção do processo pelo juiz, aplica-se a qualquer litisconsórcio que, pelo número de integrantes, possa comprometer a rápida solução do litígio ou a defesa do réu.
- c) por força do princípio da comunhão de interesses entre os litisconsortes, expressamente acolhido pelo Código de Processo Civil como regra geral, no litisconsórcio simples as “condutas alternativas” se comunicam.
- d) o direito brasileiro admite, nas relações jurídicas incindíveis, a existência de litisconsórcio ativo necessário.
- e) a “intervenção litisconsorcial voluntária” ou “assistência litisconsorcial” provoca ampliação objetiva e subjetiva do processo.

15- Sobre o instituto da coisa julgada não é correto afirmar:

- a) para a doutrina majoritária, inspirada nas lições de Liebmann, coisa julgada é a qualidade que adquire a sentença após seu trânsito em julgado.
- b) a questão prejudicial decidida *incidenter tantum* jamais fará coisa julgada.
- c) segundo o Código de Processo Civil, a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros, regra essa que não vale para o substituído na “substituição processual”.
- d) chama-se “coisa julgada *secundum eventum litis*” o fenômeno segundo o qual uma decisão produzirá ou não autoridade de coisa julgada, conforme o resultado do processo.
- e) as “sentenças determinativas”, quais sejam as que dispõem sobre uma relação jurídica continuativa, não atingem a autoridade de coisa julgada, podendo ser revistas, *rebus sic stantibus*.

16- Contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido, ambas as partes interpõem recurso de apelação. Passados três anos, o Tribunal não conhece do recurso interposto pela parte autora, por intempestivo, negando provimento ao recurso do réu para “confirmar” a sentença. O réu ainda interpõe recurso especial, não admitido, e agravo de instrumento contra essa decisão, o qual deixou de ser conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça por decisão monocrática do relator. Ajuíza a parte autora “ação rescisória” tão logo publicada a decisão e baixados os autos à vara de origem, ante a ausência de outros recursos. Postos assim os fatos, assinale a opção correta.

- a) Não deve a rescisória ter seu mérito apreciado, por haver se operado a decadência. Admite a jurisprudência prevalecente no Superior Tribunal de Justiça o chamado “trânsito em julgado em partes”. Como o recurso da autora não foi conhecido por intempestivo, a decisão já havia transitado em julgado há mais de dois anos.
- b) Deve a rescisória ter o seu mérito apreciado. Prevalence no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a decisão só transita em julgado após a apreciação do último recurso admissível interposto nos autos. Como a última decisão foi proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, deve a rescisória ser ali ajuizada.
- c) Deve a rescisória ter o seu mérito apreciado. Prevalence no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a decisão só transita em julgado após a apreciação do último recurso admissível interposto nos autos. Embora a última decisão tenha sido proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, deve a rescisória ser ajuizada no Tribunal de origem, pois o agravo de instrumento não teve o mérito apreciado.
- d) Deve a rescisória ter o seu mérito apreciado. Embora prevaleça no Superior Tribunal de Justiça o chamado “trânsito em julgado em partes”, o fato de ter o recuso sido interposto intempestivamente não afeta a contagem do biênio decadencial, salvo comprovada má-fé, pois a apelação era o recurso adequado para atacar a decisão. Como a última decisão foi proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, deve a rescisória ser ali ajuizada.
- e) Não deve a rescisória ter o seu mérito apreciado. Embora prevaleça no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a decisão só transita em julgado após a apreciação do último recurso admissível interposto nos autos, na hipótese narrada a autora não esgotou as instâncias recursais, não podendo valer-se da rescisória como sucedâneo recursal.

17- Quanto ao juízo de admissibilidade do recurso de agravo sob a modalidade “de instrumento”, e de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) é pressuposto recursal ligado à regularidade formal a juntada das “peças obrigatórias” elencadas no Código de Processo Civil, sendo ônus do agravante a juntada das “peças facultativas”, que são aquelas úteis à compreensão da matéria, sob pena de obter o agravante julgamento de mérito desfavorável a seus interesses.
- b) é pressuposto recursal ligado à regularidade formal, além da juntada das “peças obrigatórias” elencadas no Código de Processo Civil, a juntada das “peças necessárias” à exata compreensão da controvérsia, embora não obrigatórias, sob pena de ter seu recurso liminarmente negado.
- c) é pressuposto recursal ligado à regularidade formal a juntada das “peças obrigatórias” elencadas no Código de Processo Civil, devendo o Tribunal abrir oportunidade para que sejam juntadas outras “necessárias” antes de negar seguimento ao recurso, pois a lei não impõe a juntada dessas últimas, não podendo a parte agravante ser prejudicada se não atuou com desídia.
- d) é pressuposto recursal ligado à regularidade formal a juntada das “peças obrigatórias” elencadas no Código de Processo Civil, só podendo o recurso não ser conhecido por outro motivo se a parte agravada alegar e provar que a ausência das “facultativas” violou seu direito à ampla defesa.
- e) em se tratando as preliminares do julgamento do recurso matéria de ordem pública e, portanto, cognoscíveis de ofício, deve o relator converter o julgamento em diligência sempre que faltar uma peça essencial à compreensão da controvérsia, seja obrigatória, seja facultativa.

18- Por força de recente alteração legislativa, conhecida como a “reforma da reforma”, nosso Código de Processo Civil adotou expressamente a “Teoria da Causa Madura” em sede recursal. Por essa teoria, entende-se que:

- a) nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- b) o relator do recurso negar-lhe-á seguimento se manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
- c) se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.
- d) o juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença, quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência.

- e) pode o relator de agravo de instrumento contra decisão que negar seguimento a recurso especial ou extraordinário, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial.

19- Após a publicação do acórdão que, por maioria de votos, negou provimento à apelação, opôs a parte vencida recurso de embargos de declaração, alegando omissão no julgado. Quando da oposição já havia sido promovida a alteração da redação do artigo 530 do CPC, por força da qual passou-se a não mais se admitir os embargos infringentes nesse caso, já que não houve reforma da sentença. A alteração encontrava-se, todavia, em período de *vacatio legis*. Intimada a parte do acórdão que desproveu os embargos, opôs, no prazo legal, recurso de embargos infringentes, quando já em vigor a aludida alteração. O recurso teve seguimento negado, fazendo com que a parte interpusse agravo interno, o qual restou, da mesma forma, desprovido. À luz de tais informações, assinale a opção correta.

- a) Nosso direito processual intertemporal agasalhou a “teoria das fases procedimentais”, pela qual a lei nova não se aplica às fases já iniciadas, sob pena de inconstitucional retroação. Inaugurada a fase recursal, aplica-se a lei antiga, que admitia os embargos infringentes, os quais deveriam ter sido conhecidos.
- b) A oposição dos embargos de declaração teve por efeito interromper o prazo para a interposição de qualquer outro recurso. Tal interrupção, havida enquanto ainda em vigor o regramento antigo, tornou aplicável a antiga sistemática, pois *tempus regit actum*.
- c) Nosso direito processual civil intertemporal acatou a “teoria da unidade processual”, por força da qual a relação processual deve ser encarada em bloco, aplicando-se a legislação contemporânea à sua deflagração. É de se aplicar, assim, a sistemática antiga, em vigor quando do ajuizamento da demanda, razão pela qual não está correta a decisão do Tribunal.
- d) Decidiu com acerto o Tribunal. Nosso direito processual civil intertemporal acatou a “teoria do isolamento dos atos processuais”. Assim, quando da intimação do acórdão que decidiu os embargos de declaração já não eram mesmo oponíveis os embargos infringentes.
- e) Agiu mal a parte, já que os embargos de declaração só seriam oponíveis após a conclusão do julgamento. Deveria ter oposto embargos infringentes, já que a legislação a ser observada, por força da *vacatio legis*, ainda era a antiga, que admitia a oposição, para só então pedir o esclarecimento na via dos embargos de declaração.

20- Quanto ao processo de execução movido em face da Fazenda Pública, e de acordo com a legislação em vigor, é correto afirmar:

- a) ainda que não tenham sido opostos embargos pela Fazenda Pública, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidos o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
- b) os honorários advocatícios serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exequendo, independentemente da oposição de embargos do executado, exceto em se tratando de obrigações de dar coisa certa, por não se submeterem ao regime constitucional do precatório.
- c) não serão devidos honorários advocatícios nas execuções movidas em face da Fazenda Pública quando não embargadas, não tendo aplicação o Código de Processo Civil, neste ponto.
- d) a Fazenda Pública não será condenada na verba honorária desde que se trate de execução por quantia certa não embargada, sendo possível a sua condenação, todavia, quando a execução disser respeito a obrigações de dar e fazer.
- e) a Fazenda Pública jamais será condenada em honorários advocatícios em execuções em face de si movidas, porquanto, pelo princípio da indisponibilidade do interesse público pela Administração, encontra-se sempre obrigada a embargar, não havendo, pois, falar-se em princípio da causalidade.

21- No que concerne à legitimidade extraordinária das entidades associativas e de classe para a defesa de interesses de seus filiados em juízo é correto afirmar:

- a) as entidades associativas podem defender em juízo direitos subjetivos de seus filiados independentemente de autorização, em qualquer espécie de demanda, por se tratar de hipótese de substituição processual.
- b) as entidades associativas podem defender quaisquer direitos subjetivos de seus filiados em juízo, desde que devidamente autorizadas, por se tratar de substituição processual.
- c) as entidades associativas só podem impetrar mandado de segurança coletivo em prol de seus filiados, e desde que esteja presente o interesse da categoria reunida pela impetrante, cuidando-se de representação processual a exigir a autorização expressa.
- d) as entidades associativas só podem impetrar mandado de segurança coletivo e em prol de direitos individuais de seus membros, estejam ou não vinculados com os fins da entidade impetrante e ainda que não sejam peculiares da classe, mas independentemente de autorização, por se tratar de representação processual.

- e) as entidades associativas podem impetrar mandado de segurança coletivo independentemente de autorização expressa, para a proteção de direitos dos associados, independentemente de guardar vínculo com os fins próprios da entidade impetrante, exigindo-se, tão-somente, que o direito esteja compreendido nas atividades exercidas pelos associados, mas não se exigindo que o direito seja peculiar da classe, tratando-se de substituição processual.

22- Impetrado mandado de segurança, o juízo concede a liminar pleiteada. A sentença, todavia, denega a segurança, interpondo o impetrante recurso de apelação, que é recebido em seu duplo efeito. Postos assim os fatos, assinale a opção correta.

- a) A atribuição de efeito suspensivo ao recurso contraria a regra geral, segundo a qual o recurso contra todas as sentenças proferidas em mandado de segurança deve ser recebido apenas no efeito devolutivo. Irrecorrida a decisão que recebeu o recurso, persistem os efeitos da liminar.
- b) Correta a decisão que recebeu o recurso em seu duplo efeito. A liminar, todavia, fica absorvida pela sentença, perdendo seus efeitos *ex tunc*, isto é, desde a sua concessão.
- c) Correta a decisão que recebeu o recurso em seu duplo efeito. Por força do efeito suspensivo, a liminar subsiste até que seja decidida a apelação pelo órgão *ad quem*.
- d) A atribuição de efeito suspensivo ao recurso contraria a regra geral, segundo a qual o recurso contra todas as sentenças proferidas em mandado de segurança deve ser recebido apenas no efeito devolutivo. Tal circunstância, todavia, apenas impõe a cassação dos efeitos da liminar com eficácia *ex nunc*.
- e) Correta a decisão que recebeu o recurso em seu duplo efeito. A liminar, todavia, fica absorvida pela sentença, perdendo seus efeitos *ex nunc*, por força do efeito suspensivo.

---

## DIREITO CIVIL

23- O bem de família voluntário

- a) poderá abranger valores mobiliários, cuja renda deverá ser aplicada na conservação do prédio e no sustento da família.
- b) só poderá ser constituído por cônjuges, logo companheiros e integrante-chefe de família monoparental não poderão destinar parte de seu patrimônio à moradia ou sustento da família, mesmo que não ultrapasse um terço dos bens líquidos existentes ao tempo da instituição.
- c) poderá abranger valores mobiliários excedentes ao valor do prédio, que constitui o domicílio familiar, à época da sua instituição.
- d) está isento de execuções por dívidas posteriores à sua constituição, oriundas de tributos relativos ao prédio ou de despesas condominiais.
- e) Extinguir-se-á, automaticamente, com a dissolução da sociedade conjugal.

24- A anulabilidade do negócio jurídico

- a) produz efeito *ex tunc*.
- b) pode ser decretada *ex officio* pelo juiz.
- c) prevista em lei, sem que se estabeleça prazo decadencial para pleiteá-la, este será de dois anos, contado da data da conclusão do ato negocial.
- d) resultante da falta de autorização de terceiro, não possibilita a convalidação posterior do negócio.
- e) só aproveitará à parte que alegou, mesmo se a obrigação for solidária ou indivisível.

25- Assinale a opção correta.

- a) O credor anticrético não pode ser, concomitantemente, credor hipotecário, nem o hipotecário pode tornar-se anticrético.
- b) Findo o prazo de 20 anos, contado do assento da anticrese no Registro Imobiliário competente, ter-se-á prescrição liberatória.
- c) A prorrogação da hipoteca só poderá dar-se antes de vencido o prazo de sua vigência, que é de vinte anos; pois escoado este lapso temporal, se os interessados quiserem poderão reconstituir nova hipoteca, por novo título e novo registro.
- d) Morto um animal empenhado, a aquisição de outro da mesma espécie não gera a presunção de que houve sub-rogação real.
- e) O penhor rural, industrial, mercantil ou de veículo dependerá da tradição, por ser um contrato real, logo não dispensará a posse do bem pelo credor.

26- Assinale a opção falsa.

- a) O inadimplemento voluntário absoluto total ocorre quando a obrigação não foi cumprida em sua totalidade, nem poderá sê-lo, e o credor não mais terá a possibilidade de receber aquilo a que o devedor se obrigou.
- b) Se se comprovar que os juros moratórios não cobrem as perdas e danos, não havendo estipulação de cláusula penal, o órgão judicante não poderá conceder ao credor uma indenização suplementar.
- c) O inadimplemento relativo se dá quando a obrigação não for cumprida no tempo, lugar e forma devidos, porém poderá sê-lo, com proveito para o credor, hipótese em que se terá a mora.
- d) Serão insuscetíveis de indenização prejuízo eventual ou potencial.
- e) O dano emergente consiste em um *deficit* real e efetivo no patrimônio do credor, seja porque se depreciou o ativo, seja porque aumentou o passivo.

27- É obrigação do gestor perante o *dominus negotii*

- a) ratificar ou desaprovar a gestão.
- b) reembolsar-se das despesas feitas na administração da coisa alheia.
- c) pagar apenas as vantagens que obtiver com a gestão, se o seu negócio for conexo com o gestor, que então, será considerado seu sócio.
- d) obter a restituição do que despendeu com alimentos devidos a uma pessoa, na ausência do obrigado a prestá-los, mesmo que este não ratifique o ato.
- e) aplicar toda a sua diligência habitual na administração do negócio, ressarcindo o dono de todo prejuízo resultante de qualquer culpa na gestão.

28- Se o valor apurado com bens do devedor for de R\$ 1.000.000,00 e os créditos montarem a R\$ 3.000.000,00, sendo R\$ 500.000,00 devidos a **(A)** (credor privilegiado) e o restante distribuído entre três credores quirografários, dois **(B e C)** com R\$ 1.000.000,00 cada um e o terceiro **(D)** com R\$ 500.000,00, proceder-se-á ao rateio assim:

- a) **A** retirará seus R\$ 500.000,00, **D** receberá seu crédito de R\$ 500.000,00, **B e C** nada receberão, pois o *quantum* apurado não cobre seus créditos.
- b) **A** receberá R\$ 500.000,00 e o restante do valor apurado será sorteado entre **B, C e D**.
- c) **B**, ou **C**, receberá o que tem direito, mediante sorteio.
- d) o credor privilegiado receberá por inteiro os R\$ 500.000,00, sobrando, portanto, R\$ 500.000,00 para serem divididos entre os quirografários, na base de 20%, ou seja, aqueles cujo crédito era R\$ 1.000.000,00, receberão R\$ 200.000,00 cada um e o terceiro, R\$ 100.000,00.
- e) o credor privilegiado receberá R\$ 500.000,00 e os R\$ 500.000,00 restantes serão devidos igualmente entre os credores quirografários.

---

**DIREITO COMERCIAL**

29- A disciplina regente do estabelecimento tal como predisposta no Código Civil, dispõe sobre a constituição de direitos tais como usufruto e arrendamento. Em qualquer dessas hipóteses, o usufrutuário ou arrendatário do estabelecimento, no plano da responsabilidade civil,

- a) fica impedido de exercer atividade similar se houver previsão no instrumento de contrato.
- b) deve, para elidi-la, ter bens suficientes para honrar as obrigações existentes até o momento da celebração do contrato.
- c) deve fazer constar do instrumento de contrato a continuidade daquelas operações anteriormente pactadas.
- d) não tem responsabilidade no caso de renovação de contratos de fornecimento por ele celebrados antes da negociação.
- e) responde por perda de clientela se esta for objeto da operação.



30- A questão relativa aos atos de comércio e sua importância na qualificação das operações negociais mercantis, após a unificação do direito obrigacional,

- a) perde relevância uma vez que a figura do comerciante desaparece.
- b) equivale à noção de atos de empresa.
- c) tem caráter residual em relação às atividades econômicas.
- d) explica-se em face da noção de mercado.
- e) refere-se a certas operações realizadas em massa.

31- Nos contratos de arrendamento mercantil,

- a) a transferência da propriedade do bem arrendado somente passará do vendedor original para o arrendatário se este vier a fazer a opção de compra, sujeita, portanto, a uma condição resolutiva.
- b) o arrendador pode ser qualquer empresário regularmente estabelecido.
- c) o custo financeiro do contrato para o arrendatário sempre será mais barato do que o de um financiamento bancário.
- d) o objeto somente pode ser bens móveis infungíveis.
- e) a opção de compra não pode estar pré-determinada.

32- A responsabilidade de administradores nos termos da disciplina geral do Código Civil no Livro II

- a) depende de terem sido designados no instrumento de contrato, ou em documento separado.
- b) corresponde à de um fiduciário.
- c) pode ser limitada a certas operações desde que haja previsão contratual.
- d) é solidária em relação aos atos de gestão, com outros administradores, se os houver.
- e) pode ser reduzida se não agirem com excesso de poder.

33- A sociedade simples do Código Civil de 2002

- a) destina-se a permitir a separação de atividades econômicas em dois grupos: as comerciais e as civis.
- b) inova na estruturação de sociedades que exercem atividades econômicas.
- c) facilita extremar sociedades de associações no que concerne à disciplina jurídica.
- d) foi concebida como modelo de organização ao qual se deu função supletiva.
- e) serve para receber as sociedades prestadoras de serviços.

34- As instituições financeiras privadas

- a) quando estão sob liquidação extrajudicial proporcionam aos seus credores melhores possibilidades de recuperação dos prejuízos do que na falência porque os seus administradores são solidariamente responsáveis com o prejuízo apurado.
- b) jamais podem ter sua falência decretada, pois se sujeitam a um regime especial a cargo do Banco Central do Brasil.
- c) podem pedir concordata desde que não recebam depósitos do público.
- d) sob regime de intervenção continuam em funcionamento normal, limitado o interventor a permitir a movimentação de recursos até o limite de R\$ 20.000,00 por cliente.
- e) sob liquidação extrajudicial ficam imunes a quaisquer ações individuais de credores, que devem recorrer ao juízo universal.

---

#### DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

35- No que toca às obrigações e compromissos internacionais, assumidas pelos Estados em forma de tratados, têm-se as *reservas*, corretamente identificadas como

- a) qualificativos de consentimento, pelos quais os Estados pactuantes emitem declarações unilaterais visando a excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições de tratados.
- b) indicativos de entendimento, pelos quais os Estados pactuantes emitem declarações multilaterais visando a incluir ou potencializar efeito jurídico de certas disposições do tratado, mediante prévia concordância dos demais signatários.
- c) quantitativos de aferição, pelos quais os Estados pactuantes medem os efeitos possíveis dos tratados em relação a seus desdobramentos internos, especialmente no plano normativo.
- d) incentivos de adesão, pelos quais os Estados pactuantes acenam com vantagens econômicas, de modo a justificarem a ampliação do conjunto de signatários.
- e) referenciais de submissão, pelos quais os Estados pactuantes justificam internamente a transigência para com normas jurídicas internas.

- 36- Para o direito brasileiro, como princípio geral, em âmbito de imposto de renda e de direito internacional tributário, as pessoas domiciliadas no exterior, sejam pessoas físicas, sejam pessoas jurídicas,
- são tributáveis no Brasil, na medida em que detenham nacionalidade brasileira ou que possuam sede no Brasil, independentemente de onde tenha ocorrido o fato gerador da obrigação tributária.
  - são tributáveis no Brasil, na medida em que os valores a serem tributados tenham sido objeto de negociação com pessoas domiciliadas no Brasil, independentemente de onde tenha ocorrido o fato gerador da obrigação tributária.
  - apenas são tributáveis no Brasil pelos rendimentos que aqui tenham sido produzidos, isto é, por rendimentos imputáveis a fontes nacionais.
  - não são tributáveis no Brasil, mesmo que os rendimentos tenham sido produzidos no território brasileiro, dado que o domicílio dessas pessoas é fixado no exterior.
  - não são tributáveis no Brasil, como decorrência de regra de direito internacional tributário, que repele o princípio da territorialidade, para efeitos de tributação sobre a renda.
- 37- A concorrência fiscal internacional conhece países com tributação favorecida (*tax havens*), países com regimes bancários e financeiros favorecidos (paraísos bancários) e países com regimes penais favorecidos (paraísos penais). Em relação àqueles primeiros, também chamados de *paraísos fiscais*, pode-se afirmar que
- são países que tributam a renda com alíquotas mínimas, independentemente da origem dos rendimentos, mas que oferecem o benefício apenas para seus residentes, excluindo-se as pessoas físicas e jurídicas que também realizam negócios no exterior.
  - são países que tratam os rendimentos de residentes ou equiparados a residentes com tributação reduzida ou nula e que ainda podem oferecer segredo bancário, falta de controle de câmbio e uma grande flexibilidade para a constituição e administração de sociedades locais.
  - são países que mantêm tratados de bitributação com a maioria dos demais países, promovendo um impacto mais brando na tributação referente às operações internacionais, autorizando a constituição fictícia de empresas internacionais em seus territórios.
  - são países que não tributam a atividade bancária, propiciando o fluxo de capitais, em relação aos quais a regulamentação é mínima.
  - são países que não tributam as operações de compra e venda de bens e de mercadorias e que não tributam as operações internacionais, possibilitando um melhor tratamento na composição dos preços finais, de modo a incrementar a competitividade das empresas que mantêm sede ou sucursais nos territórios desses paraísos fiscais.
- 38- Os modelos de integração regional que se registram, a exemplo da União Européia, do Mercosul, do NAFTA, entre outros, passam por processos que podem se manifestar evolutivamente em zonas de livre comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns, uniões econômicas e uniões totais, econômicas e políticas. Em relação às *uniões aduaneiras* é correto afirmar que
- se tratam das formas mais antigas e simples de integração econômica, prevendo apenas a completa eliminação de obstáculos tarifários entre os Estados participantes.
  - se tratam de modelos que permitem a livre circulação de fatores e de serviços nos Estados-membros, isto é, a liberação de bens, capitais, serviços e pessoas, com a eliminação de toda forma de discriminação.
  - se tratam de regimes de cooperação sofisticados e bem elaborados, no qual há a coordenação e unificação das economias nacionais dos Estados-membros.
  - se tratam de regimes nos quais são introduzidas harmonizações de determinadas políticas comuns, em assuntos agrícolas, ambientais e industriais, com especial enfoque no campo macroeconômico.
  - se tratam de regimes nos quais os Estados-membros adotam um sistema de tarifas aduaneiras comuns frente a terceiros países, podendo-se verificar uma tarifa exterior comum para as importações procedentes de terceiros países.
- 39- Tradicionalmente o direito internacional concebeu duas teorias com referência à relação entre os ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais: o dualismo e o monismo. Para esta última,
- não se aceita a existência de duas ordens jurídicas autônomas, independentes e não derivadas, defendendo-se por vezes a primazia do direito interno e por vezes a primazia do direito internacional.
  - aceitam-se várias ordens jurídicas, com aplicabilidade simultânea, configurando-se um pluralismo de fontes, porém aplicadas por um único ordenamento.
  - aceita-se a existência de duas ordens jurídicas, independentes e derivadas, uma nacional e outra internacional, sendo que esta última é que confere validade à primeira.
  - não se aceita a validade de uma ordem jurídica internacional, dado que desprovida de sanção e de conteúdos morais, fundamentada meramente em princípios de cortesia internacional.
  - aceita-se a validade de uma ordem jurídica internacional, conquanto que não conflitante com a ordem interna, e cujos critérios de validade sejam expressamente definidos pela ordem jurídica nacional.

40- A violação das leis de guerra por parte de um combatente nos conflitos internacionais implica sua punição. Em 17 de julho de 1998 foi adotado o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, seus Anexos e a Ata Final da Conferência de Roma sobre o estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional. O principal dispositivo do Estatuto, que figura no artigo 1º, consagra o princípio da *complementaridade*, nos termos do qual a jurisdição do Tribunal Penal Internacional

- a) será exercida em qualquer circunstância, mediante provocação da Organização das Nações Unidas, comprovada a violação das leis de guerra, com exceção dos crimes de genocídio.
- b) será exercida em qualquer circunstância, mediante provocação da Organização das Nações Unidas, a menos que o país prejudicado não tenha ratificado a Ata Final da Conferência de Roma.
- c) será exercida permanentemente, independente de provocação da Organização das Nações Unidas e de comprovação de violação das leis de guerra, dependendo, no entanto, de instalação de um tribunal *ad hoc* a ser designado pela Corte de Haia, mediante provocação de no mínimo cinco países signatários da Ata Final da Conferência de Roma.
- d) terá caráter excepcional, isto é, somente será exercida em caso de manifesta incapacidade ou falta de disposição de um sistema judiciário nacional para exercer sua jurisdição primária, ou seja, os Estados terão primazia para investigar os crimes previstos no Estatuto do Tribunal.
- e) terá caráter eventual, isto é, somente será exercida em caso de comprovada violação de crimes contra a humanidade, dependendo, no entanto, de instalação de um tribunal a ser organizado pelas forças de ocupação.

---

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

41- Quanto à teoria do órgão e sua aplicação ao Direito Administrativo, aponte a opção correta.

- a) Consoante tal teoria, o órgão é apenas parte do corpo da entidade e, por consequência, todas as suas manifestações de vontade são consideradas como da própria entidade.
- b) Essa teoria não distingue órgão de entidade, reconhecendo personalidade jurídica a ambos, indistintamente, e, por conseguinte, reconhecendo serem sujeitos de direitos e obrigações, de forma direta.
- c) Essa teoria, de ampla aceitação entre os administrativistas pátrios, reconhece personalidade jurídica ao órgão, que passa a ser sujeito de direitos e obrigações.
- d) Por tal teoria, o agente (pessoa física) atua como representante da pessoa jurídica, à semelhança do tutor e do curador de incapazes.
- e) Essa teoria não tem aceitação entre os publicistas contemporâneos, por não explicar, de forma satisfatória, como atribuir aos entes públicos os atos das pessoas humanas que agem em seu nome.

42- Sobre a delegação de competência administrativa, assinale a opção correta.

- a) É possível a delegação da decisão de recursos administrativos, ainda que não o seja para atos de caráter normativo.
- b) Em vista da necessidade de segurança jurídica aos atos da Administração, não se admite, em regra, que o ato de delegação seja revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- c) Não há a necessidade, como regra, de que o ato de delegação e o de sua revogação sejam publicados no meio oficial.
- d) As decisões adotadas por delegação consideram-se editadas pelo delegante.
- e) Se não houver impedimento legal, e for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, é possível a um órgão administrativo delegar parte de sua competência a outro órgão, ainda que este não lhe seja hierarquicamente subordinado.

43- O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, diversas prerrogativas, entre as quais não se inclui

- a) fiscalizar-lhes a execução.
- b) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- c) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados em lei.
- d) alterar, unilateralmente, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos.
- e) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

44- No que tange às características peculiares dos contratos administrativos, é correto afirmar que

- a) a Lei nº 8.666, de 1993, veda expressamente que o contratado subcontrate partes da obra, serviço ou fornecimento, pois tal significaria burla ao princípio da licitação.
- b) ao gestor público não é possível dispensar a exigência de garantias contratuais dos contratados, em vista da necessidade do resguardo do interesse público.
- c) os princípios da teoria geral dos contratos têm aplicação apenas supletiva aos contratos administrativos.
- d) somente por acordo entre as partes pode a Administração alterar o contrato, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica de seus objetivos.
- e) a publicação resumida do instrumento de contrato na Imprensa Oficial é condição indispensável para sua validade.

- 45- Entre as opções a seguir, marque aquela apta a justificar o reconhecimento de inexigibilidade de licitação.
- a) Casos de aquisição de bens junto a representante comercial exclusivo, caracterizando inviabilidade de competição.
  - b) Casos de contratação em ocasiões de grave perturbação da ordem.
  - c) Casos em que caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas.
  - d) Casos de contratação de remanescente de serviço, em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
  - e) Casos de contratação de prestação de serviços com organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- 46- Sobre as modalidades de licitação, assinale a opção correta.
- a) O Pregão, por ser modalidade que não está inserida entre as previstas na Lei nº 8.666, de 1993 (que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios), somente pode ser utilizado, na sistemática atual, pela União.
  - b) Nos casos em que couber a Concorrência, a Administração sempre poderá utilizar a Tomada de Preços; a recíproca, contudo, não é verdadeira.
  - c) A Lei nº 8.666, de 1993, ao disciplinar a modalidade Concurso, estabelece normas gerais a serem observadas nos concursos públicos para a seleção de candidatos à ocupação de cargos e empregos públicos.
  - d) O Convite é modalidade de licitação da qual somente podem participar licitantes previamente cadastrados pela Administração.
  - e) A Lei nº 8.666, de 1993, veda a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das modalidades nela referidas.
- 47- Especificamente quanto à modalidade de licitação denominada Pregão, assinale a opção incorreta.
- a) Tal modalidade somente é cabível para aquisição de bens ou contratação de serviços considerados comuns.
  - b) É possível, em tal modalidade, a realização de licitação por meio eletrônico, conforme regulamentação específica.
  - c) Em tal modalidade de licitação, é possível a apresentação não apenas de propostas escritas, mas também de lances verbais.
  - d) Em tal modalidade de licitação, primeiro se promove o exame dos requisitos de habilitação dos licitantes, para somente após passar à fase de avaliação das propostas de preços.
  - e) Aplicam-se apenas subsidiariamente, para a modalidade Pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 1993.
- 48- Em face da inexecução parcial de um determinado contrato de concessão de serviço público, a Administração concedente, observadas as formalidades legais, declarou extinta a concessão, mediante decreto. É correto dizer que a extinção da concessão, em tal caso, se deu por declaração de
- a) encampação, com direito a indenização prévia ao concessionário.
  - b) encampação, com direito a indenização posterior ao concessionário.
  - c) caducidade, com direito a indenização prévia ao concessionário.
  - d) caducidade, com direito a indenização posterior ao concessionário.
  - e) rescisão, sem que o concessionário tenha direito a qualquer indenização.
- 49- Sobre os bens públicos, assinale a opção incorreta.
- a) Os bens dominicais constituem objeto de direito pessoal ou real das pessoas de direito público.
  - b) Os bens públicos de uso comum e os bens dominicais estão fora do comércio.
  - c) A imprescritibilidade dos bens públicos diz respeito à impossibilidade de que sejam usucapidos.
  - d) A legislação pátria vigente admite a possibilidade de que o uso comum de bens públicos seja, em alguns casos, oneroso.
  - e) Aplicam-se aos bens das autarquias os atributos da impenhorabilidade e da imprescritibilidade.
- 50- O ato administrativo unilateral, discricionário e precário, pelo qual a Administração consente que o particular utilize bem público de modo privado, primordialmente no interesse do utente, é o (a)
- a) concessão de uso.
  - b) autorização de uso.
  - c) permissão de uso.
  - d) aforamento.
  - e) concessão de domínio pleno.

51- No que tange às atividades de controle interno e externo da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) A atividade do controle da União e da Administração indireta envolve a fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial, mas não diz respeito à matéria orçamentária, eis que a forma de execução do orçamento é matéria típica do campo discricionário do administrador público.
- b) Por não envolver gastos públicos, não há controle interno ou externo sobre a renúncia de receitas.
- c) Nos termos de nossa Constituição Federal, o controle externo da União e da Administração indireta correspondente está a cargo do Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- d) O Tribunal de Contas da União julga não apenas as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, valores e bens públicos, na órbita federal, mas também as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- e) Na órbita federal, o Tribunal de Contas da União aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, aí incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

52- Em vista dos preceitos constitucionais que tratam da estabilidade do servidor público, assinale a opção correta.

- a) Na atualidade, existem apenas duas formas de perda do cargo pelo servidor público estável: em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- b) Com a reforma administrativa promovida por meio da Emenda Constitucional nº 19/98, restou afastada a necessidade de instituição de comissão para que se dê a avaliação de desempenho do servidor, durante seu estágio probatório.
- c) Se restar declarada a desnecessidade do cargo, o servidor, mesmo que ainda não seja estável, poderá ficar em disponibilidade.
- d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem. Em tal hipótese, ambos os servidores (o reintegrado e o reconduzido) terão direito à indenização, em vista da falha cometida pela Administração Pública.
- e) Na sistemática da Constituição Federal, está claro que há distinção entre estabilidade e efetividade.

53- Assinale a opção que não constitui forma de provimento de cargo público, nos termos da Lei nº 8.112, de 1990.

- a) promoção
- b) readaptação
- c) transferência
- d) aproveitamento
- e) recondução

54- Reversão é forma de provimento de cargo público, pelo retorno à atividade de servidor aposentado. Sobre o assunto, assinale a opção incorreta.

- a) Na hipótese de reversão, o tempo em que o servidor estiver em exercício não será considerado, para concessão de aposentadoria.
- b) O retorno à atividade, no interesse da Administração, somente será possível se a aposentadoria tiver sido voluntária.
- c) A reversão no interesse da Administração só é aplicável a servidor que era estável, quando em atividade.
- d) O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.
- e) Não é possível a reversão no interesse da Administração se a aposentadoria tiver ocorrido há mais de 5 (cinco) anos da data da solicitação.

55- Sobre as petições apresentadas à Administração, marque a opção correta.

- a) É recurso hierárquico próprio aquele interposto perante outro órgão, estranho àquele que exarou o ato impugnado.
- b) O recurso hierárquico impróprio só pode ser recebido, como tal, se houver previsão específica em lei, que o autorize.
- c) É entendimento pacífico, no Supremo Tribunal Federal, que representações anônimas encaminhadas à Administração, que digam respeito a irregularidades cometidas em prejuízo do Poder Público, não podem dar azo a investigações, em face da vedação ao anonimato, prevista na Constituição Federal.
- d) Reclamação e representação administrativas são expressões que podem ser utilizadas indistintamente, por apresentarem o mesmo significado.
- e) Também se considera pedido de reconsideração aquele dirigido diretamente à autoridade superior, desde que integrante de um mesmo órgão.

---

#### DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO

56- De acordo com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003, a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta será disposta por

- a) lei complementar.
- b) lei ordinária.
- c) lei delegada.
- d) decreto legislativo.
- e) resolução do Senado.

- 57- Nos termos da Constituição de 1988, a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas
- correntes para os três próximos exercícios financeiros, orientando a elaboração da lei orçamentária plurianual, vedando-se a disposição sobre alterações na legislação tributária.
  - correntes para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária plurianual, vedando-se a disposição sobre alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras de incentivo à reforma agrária.
  - de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
  - de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária anual, vedando-se a disposição sobre alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências oficiais de integração regional.
  - correntes para os cinco próximos exercícios financeiros, orientando a elaboração da lei orçamentária plurianual, dispondo sobre as alterações nas legislações tributária e financeira e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras dos bancos que contam com capital público.
- 58- Entre as funções exercidas pelo orçamento no direito brasileiro contemporâneo, percebem-se aspectos políticos e econômicos. Entre esses últimos, aspectos econômicos, destaca-se especificamente uma forma de
- controle da Administração, que por meio do orçamento fica adstrita à execução de despesas no período e nos limites estabelecidos pelo Poder Legislativo, sob controle direto do Poder Judiciário, especificando-se as conseqüências decorrentes para os direitos e obrigações dos agentes públicos.
  - controle da Administração, que fica atrelada à Lei de Responsabilidade Fiscal, sob controle direto do Ministério Público, a quem a Administração responde por infração decorrente do excesso de gastos, sem previsão orçamentária, revelando-se com transparência os atos em proveito de determinados grupos sociais e regiões.
  - controle do legislador, a quem cabe fixar vigência, prazos, elaboração e organização do plano plurianual, ao qual fica adstrito, especialmente no que se refere a autorizações de gasto posteriores à aprovação da lei anual, mediante a aferição do cumprimento de regras práticas para a realização dos fins propostos nos respectivos programas políticos.
  - controle dos gastos públicos, por parte do presidente da República, embora lhe falte poder de veto em relação às emendas orçamentárias aprovadas pelo Congresso, faltando-lhe conseqüentemente mecanismos para modificar as tendências de conjuntura e de estrutura.
- busca de implemento de finanças funcionais e de orçamentos cíclicos, adotando-se a técnica do *deficit* nos períodos de crise, para possibilitar investimentos, e do *superavit* nos períodos de crescimento.
- 59- O estudo da evolução dos contornos normativos dados ao orçamento pelo direito brasileiro indica-nos as caudas orçamentárias, combatidas tanto por Artur Bernardes como por Rui Barbosa, e que possibilitavam a inclusão de variados assuntos em disposições orçamentárias, a exemplo da lei do orçamento vetada em janeiro de 1922 pelo então presidente Epitácio Pessoa. No modelo atual, as caudas orçamentárias
- são autorizadas, por conta de adequação dos gastos com o plano plurianual, guardados limites para contratação de operações de crédito, nos termos de lei complementar.
  - são autorizadas, devido a dispositivo que permite inclusão de créditos e despesas até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, mediante relatório resumido da execução orçamentária, nos termos da lei.
  - são absolutamente proibidas, por meio de vedação implícita, decorrente de incompatibilização com o plano plurianual, cuja função não se vincula a mecanismos de redução de desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, nos termos de lei complementar.
  - são absolutamente proibidas, dada a vedação de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa na lei orçamentária plurianual, em qualquer circunstância, nos termos de lei complementar.
  - são proibidas, por causa da vedação da lei orçamentária anual de conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, embora não se incluam na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratações de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- 60- Em caso de lacuna orçamentária, isto é, se o orçamento não for votado até o início do exercício seguinte, a solução normativa prevista pelo ordenamento jurídico brasileiro consiste
- na aplicação do orçamento constante do projeto de lei ainda não aprovado.
  - na aplicação do orçamento anterior, que fica aprovado em sua totalidade.
  - na prorrogação do orçamento anterior, na razão de 1/12 das dotações, até que o novo orçamento seja votado.
  - na proibição de qualquer despesa até que o novo orçamento seja votado, resguardando-se a liquidação dos empenhos emitidos até 31 de dezembro.
  - na autorização para a realização de todas as despesas de urgência, cujos valores serão deduzidos das despesas de capital do orçamento a ser votado, na rubrica de serviços em regime de programação especial.

- 61- Na redação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as despesas são classificadas em categorias econômicas de despesas correntes e despesas de capital. Entre as despesas correntes classificam-se as transferências correntes, definidas como as dotações
- para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
  - para as despesas às quais não corresponda contra-prestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
  - destinadas à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe em aumento de capital.
  - destinadas para constituição ou aumento de capital de entidades ou empresas que visem objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias e de seguros.
  - para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material.
- 62- Segundo a doutrina, precatório ou ofício precatório é a solicitação que o Juiz de primeiro grau faz ao Presidente do Tribunal respectivo para que este requisite a verba necessária para o pagamento de algum credor perante a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em face de decisão judicial. A matéria é disciplinada pelo artigo 100 da Constituição Federal de 1988 e foi objeto da Emenda Constitucional de número 30, de 13 de setembro de 2000 e que, entre outros, de acordo com a redação do texto constitucional,
- definiu os débitos de natureza alimentícia como os que compreendem aqueles decorrentes de salários, de vencimentos, de proventos, de pensões e suas complementações e de benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
  - vedou a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento ou repartição de valor, dando fim a critérios que identificavam precatórios de pequeno valor.
  - extinguiu a previsão de crime de responsabilidade para o Presidente de Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardasse ou tentasse frustrar a liquidação regular de precatório.
  - tornou obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- determinou que as dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento de acordo com a ordem decrescente de valores e autorizar, a requerimento do credor, o adiantamento de parcelas a título de salários, vencimentos e demais verbas alimentícias.
- 63- De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, integrarão as despesas da União e serão incluídas na lei orçamentária
- as despesas com pessoal do governo do Distrito Federal, ressalvando-se o limite de 50% de comprometimento dos percentuais da receita corrente líquida.
  - as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.
  - as despesas referentes à reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definida com base nas subvenções sociais e na constituição dos fundos rotativos das inversões financeiras, será calculada conforme estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias.
  - a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada, excetuando-se despesas de custeio, juros da dívida pública fundada externa e interna e as transferências correntes para as entidades internacionais.
  - os créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, referentes aos transportes ferroviário, rodoviário, aeroviário, por dutos, urbano, além de navegação marítima e de interior.
- 64- Uma abordagem dos tributos, em relação à receita pública e à teoria dos ingressos públicos, indica-nos que as receitas tributárias classificam-se como
- receitas derivadas.
  - receitas originárias.
  - receitas de economia privada.
  - receitas de direito privado a título oneroso.
  - receitas de direito público a título voluntário.
- 65- Consoante a redação da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, constituem dívida ativa da fazenda pública, exceto
- a dívida definida como tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
  - a dívida definida como não-tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
  - qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei aos Estados.
  - qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei às estatais e às sociedades de economia mista.
  - qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei às autarquias federais.

- 66- Consoante a Constituição Federal, a lei deverá reprimir o abuso do poder econômico que vise à
- dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.
  - dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento das desigualdades regionais e sociais.
  - dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e a causar lesão ao meio ambiente.
  - dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e à redução do emprego.
  - dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos preços.
- 67- O Protocolo de Fortaleza, além de harmonizar, no âmbito do Mercosul, os procedimentos de investigação, julgamento e aplicação de penalidades por infração à livre concorrência, impõe a observância da “regra da razão”, a qual se aplica
- apenas à análise dos atos de concentração.
  - apenas às condutas que caracterizam infração à livre concorrência.
  - à análise dos atos de concentração e a algumas condutas que caracterizam infração à livre concorrência.
  - à análise dos atos de concentração e a todas as condutas que caracterizam “per se” infração à ordem econômica.
  - à análise dos atos de concentração e a todas as condutas que caracterizam infração à ordem econômica, afastadas as infrações “per se”.
- 68- Nos termos da Lei nº 8.884/94, a prevenção às infrações contra a ordem econômica ocorre mediante o controle dos atos de concentração pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o qual poderá autorizá-los desde que atendam, além de outras, a pelo menos uma das seguintes condições:
- ausência de prejuízo à economia nacional.
  - ausência de prejuízo ao bem comum.
  - ausência de prejuízo ao meio ambiente.
  - aumento da eficiência econômica.
  - aumento do nível de emprego no mercado relevante.
- 69- Constituem infração da ordem econômica os atos que tenham por objeto ou possam produzir efeitos anticoncorrenciais. A caracterização dos ilícitos
- depende do estabelecimento do nexo causal entre a conduta e o efeito e da prova da culpa.
  - não depende do estabelecimento do nexo causal entre a conduta e o efeito ou da prova da culpa.
  - depende do estabelecimento do nexo causal entre a conduta e o efeito, mas não depende da prova da culpa.
  - não depende do estabelecimento do nexo causal entre a conduta e o efeito, mas depende da prova da culpa.
  - não depende do estabelecimento do nexo causal entre a conduta e o efeito, nem da prova da culpa, nem admite qualquer justificativa.
- 70- O compromisso de cessação de prática lesiva à ordem econômica, previsto na Lei nº 8.884/94, não se aplica a uma das seguintes condutas:
- limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado.
  - obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes.
  - utilizar meios enganosos para provocar a oscilação de preços de terceiros.
  - discriminar adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços, ou de condições operacionais de venda ou prestação de serviços.
  - impedir o acesso de concorrente às fontes de insumo, matérias-primas, equipamentos ou tecnologia, bem como aos canais de distribuição.
- 
- DIREITO TRIBUTÁRIO**
- 71- Considerados os temas competência tributária e capacidade tributária ativa, marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.
- A competência tributária é delegável.
  - A capacidade tributária ativa é indelegável.
  - A União é quem detém a competência tributária no que toca às contribuições sociais para o financiamento da Seguridade Social.
  - Lei complementar pode delegar a qualquer pessoa jurídica de direito público a competência tributária.
- V, F, V, V
  - F, V, F, V
  - F, F, V, F
  - V, V, V, F
  - F, V, F, F



72- Com atenção aos princípios do sistema tributário nacional, marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- ( ) O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS sujeita-se ao princípio da não-cumulatividade, podendo a lei que o instituir observar o princípio da seletividade.
- ( ) O imposto sobre produtos industrializados (IPI) sujeita-se ao princípio da não-cumulatividade, em função da essencialidade do produto.
- ( ) O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza sujeita-se aos princípios da generalidade, uniformidade e progressividade.
- ( ) O princípio da legalidade tributária remonta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

- a) V, F, F, F
- b) V, V, V, V
- c) F, F, V, V
- d) V, F, V, F
- e) V, V, V, F

73- Considerado o entendimento atualmente dominante no Supremo Tribunal Federal, assinale a resposta que completa corretamente a assertiva.

“A alíquota de contribuição social destinada ao financiamento da Seguridade Social, majorada por medida provisória que tenha sido editada na primeira metade do exercício financeiro, objeto de reedição e conversão em Lei, poderá ser exigida ...”

- a) depois de decorridos noventa dias da data da publicação da Lei resultante da conversão.
- b) depois de decorridos noventa dias da data da publicação da medida provisória originária.
- c) depois de decorridos noventa dias da data da reedição da medida provisória.
- d) no próximo exercício financeiro.
- e) depois de decorridos noventa dias do início do próximo exercício financeiro.

74- Em atenção ao tema substituição tributária, marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correta correspondente.

- ( ) Segundo o entendimento atualmente dominante no Supremo Tribunal Federal, o fato gerador presumido é provisório e, por isso, dá ensejo à restituição ou complementação do imposto pago na hipótese de sua não-realização ou realização em dimensão diversa da presumida.
- ( ) Segundo o entendimento atualmente dominante no Supremo Tribunal Federal, o fato gerador presumido não é provisório mas sim definitivo, não dando ensejo à restituição ou complementação do imposto pago, senão, no primeiro caso, na hipótese de sua não-realização final.
- ( ) A substituição tributária progressiva, ou para frente, é técnica de tributação introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda Constitucional nº 03, de 17 de março de 2003, e regulamentada pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.
- ( ) Instituto que atende ao princípio da praticabilidade da tributação, a substituição tributária pode ser: regressiva, ou para trás, tendo por efeito o diferimento do tributo; e progressiva, ou para frente, pressupondo a antecipação do fato gerador, calculando-se o tributo devido de acordo com uma base de cálculo estimada.

- a) V, F, F, F
- b) F, V, F, V
- c) F, V, V, F
- d) V, F, V, V
- e) V, F, V, F

75- A norma constitucional que determina que o Imposto Territorial Rural (ITR) não incide sobre pequenas glebas rurais, assim definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel, veicula uma

- a) isenção subjetiva, por levar em conta a condição da entidade familiar.
- b) regra de não-incidência da norma tributária.
- c) isenção real, por recair sobre coisa.
- d) imunidade.
- e) elisão lícita imprópria.

76- Segundo o Código Tributário Nacional, está sujeita à interpretação literal a norma tributária que verse sobre

- a) remissão.
- b) compensação.
- c) prescrição.
- d) decadência.
- e) parcelamento.

- 77- Tendo em conta as disposições do Código Tributário Nacional, em relação aos temas capacidade tributária passiva e solidariedade, é correto afirmar que
- a) a capacidade tributária passiva das pessoas naturais depende da capacidade civil.
  - b) a capacidade tributária passiva depende da pessoa jurídica estar regularmente constituída.
  - c) podem valer-se do benefício de ordem os devedores solidários, que são assim considerados por deterem interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
  - d) a isenção subjetiva concedida a um não exonera os demais coobrigados.
  - e) a isenção objetiva não exonera todos os coobrigados.
- 78- Consideradas as disposições do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que é lícito à autoridade administrativa rever de ofício o lançamento já procedido
- a) somente no caso de lançamento anterior por homologação.
  - b) no caso de qualquer lançamento anterior, exceto o de ofício.
  - c) no caso de qualquer lançamento anterior, inclusive o de ofício.
  - d) somente no caso de lançamento anterior com base na declaração do sujeito passivo.
  - e) somente no caso de lançamento anterior relativo à empresa concordatária.
- 79- Julgue os itens abaixo segundo o entendimento atualmente dominante no Superior Tribunal de Justiça e marque, a seguir, a opção que apresenta a resposta correta.
- I. No caso de tributo lançado por auto de infração, diz-se definitivamente constituído o crédito tributário depois de fluído o prazo para interposição do recurso administrativo, sem que ele tenha ocorrido, ou decidido o recurso administrativo interposto pelo contribuinte, começando a fluir, daí, o prazo de prescrição da pretensão do Fisco.
  - II. Na pendência do julgamento de impugnação ou recurso administrativo apresentado tempestivamente, não correm nem prescrição nem decadência.
  - III. A compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar.
  - IV. A compensação de créditos tributários pode ser deferida por antecipação de tutela.
- a) Apenas III e IV estão corretos.
  - b) Apenas IV está errado.
  - c) Apenas I e II estão corretos.
  - d) Apenas III está correto.
  - e) Apenas I e III estão corretos.
- 80- Segundo o entendimento atualmente dominante no Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses de tributos sujeitos ao lançamento por homologação, o direito do contribuinte pleitear a repetição extingue-se em
- a) 10 (dez) anos, contados a partir do fato gerador, nos casos de homologação tácita, prevalecendo a tese dos “cinco mais cinco”, irrelevante a causa do indébito.
  - b) 5 (cinco) anos, contados a partir da data do trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade da lei pela primeira vez.
  - c) 5 (cinco) anos, contados a partir da data da Resolução do Senado Federal que suspender a execução de lei tributária declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
  - d) 5 (cinco) anos, contados a partir da data do julgamento da ação em que houver declaração de inconstitucionalidade da lei tributária pelo Supremo Tribunal Federal, em controle difuso ou concentrado.
  - e) 5 (cinco) anos, contados a partir da data do ajuizamento da ação em que houver declaração de inconstitucionalidade da lei tributária pelo Supremo Tribunal Federal, em controle difuso ou concentrado.
- 81- Tendo em conta as disposições do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que a responsabilidade do sucessor pelos créditos tributários incidentes sobre os bens adquiridos é excluída
- a) mediante cláusula contratual firmada entre o alienante e o adquirente.
  - b) quando o alienante cessar a exploração da atividade.
  - c) quando o alienante continuar na exploração da atividade.
  - d) apenas quanto à metade, se o alienante continuar na exploração da atividade.
  - e) quando a alienação ocorrer por hasta pública.
- 82- Com relação ao processo administrativo de determinação e exigência dos créditos tributários da União, é correto afirmar que
- a) o recurso de ofício, quando cabível, deve ser interposto pela autoridade administrativa julgadora mediante peça em separado.
  - b) é vedado à autoridade julgadora determinar, independentemente de requerimento do recorrente, a realização de perícia.
  - c) o seguimento do recurso voluntário está condicionado à apresentação de depósito do valor equivalente a trinta por cento da exigência fiscal, vedado, no caso de pessoa jurídica, o arrolamento de bens, salvo na hipótese de comprovada incapacidade econômico-financeira.
  - d) o seguimento do recurso voluntário está condicionado ao arrolamento de bens e direitos de valor equivalente a trinta por cento da exigência fiscal, recaído, no caso de pessoa jurídica, preferencialmente sobre bens imóveis integrantes do ativo permanente.
  - e) a intimação pela via postal prefere à pessoal.

83- No que se relaciona à Dívida Ativa da União e à Ação de Execução Fiscal, marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- ( ) No caso de débito inscrito em Dívida Ativa da União mas ainda não objeto de execução judicial, é ilegal a concessão de Certidão Positiva com efeitos de Negativa mesmo que prestada diretamente perante a autoridade administrativa caução real.
- ( ) A penhora consistente em garantia idônea e suficiente habilita o devedor a apresentar Embargos à execução fiscal e implica a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- ( ) O disposto no art. 185 do Código Tributário Nacional, que dispõe sobre Fraude à Execução, aplica-se à Dívida Ativa de natureza não-tributária.
- ( ) Predomina nos tribunais o entendimento de que a execução fiscal pode ser “redirecionada” contra o responsável independentemente do nome deste constar na Certidão de Dívida Ativa.

- a) F, F, F, V
- b) V, F, V, V
- c) V, F, F, V
- d) V, V, F, V
- e) F, F, V, V

84- Julgue os itens abaixo segundo o que dispõe a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, e marque, a seguir, a opção que apresenta a resposta correta.

- I. A medida cautelar fiscal pode ser concedida em procedimento preparatório, antes de inscrito o débito em Dívida Ativa.
- II. A decretação da medida cautelar fiscal implica a indisponibilidade de todos os bens do ativo da pessoa jurídica.
- III. A medida cautelar fiscal pode ser requerida somente contra o sujeito passivo de créditos de natureza tributária.
- IV. A medida cautelar fiscal pode ser requerida contra o devedor que possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem trinta por cento do seu patrimônio conhecido.

- a) Apenas I e IV estão corretos.
- b) Apenas I e II estão corretos.
- c) Apenas II e IV estão corretos.
- d) Apenas II e III estão corretos.
- e) Apenas IV está errado.

85- Em relação ao que dispõe a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, quanto ao parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa da União, marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- ( ) Optantes do SIMPLES não são obrigados a apresentar garantias.
- ( ) O faturamento e os rendimentos do devedor podem ser aceitos como garantia.
- ( ) É vedado conceder parcelamento de débitos enquanto não integralmente pago parcelamento anterior, relativo ao mesmo tributo, contribuição ou qualquer outra exação.
- ( ) Enquanto não deferido o parcelamento o devedor não se sujeita ao pagamento de qualquer parcela.

- a) V, V, F, F
- b) V, V, F, V
- c) F, F, V, F
- d) V, F, F, V
- e) V, V, V, F

---

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

Nas questões 86 a 92, assinale a opção correta.

- 86- a) A adoção do princípio constitucional da solução pacífica de conflitos não constitui obstáculo incontornável a que o Brasil recorra às armas para a defesa dos seus interesses no cenário internacional.
- b) Sempre que o interesse público entra em linha de colisão com um interesse individual, aquele deve prevalecer.
- c) Chamam-se princípios constitucionais sensíveis aqueles que não podem ser objeto de abolição por meio de emenda à Constituição.
- d) No conflito entre princípios constitucionais, os que se referem a direitos fundamentais devem sempre prevalecer sobre os demais.
- e) Quando dois princípios constitucionais colidem, um deles invariavelmente exclui o outro como inválido.

- 87- a) A lei que houver sido editada antes de 1988, não é objeto passível de controle abstrato no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
- b) Se a lei, objeto de ação direta de inconstitucionalidade, for revogada depois de proposta a demanda, mas antes do julgamento, o mérito da ação deverá ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, se comprovado que a lei interferiu em situações jurídicas concretas durante a sua vigência.
- c) O Governador ou a Assembléia Legislativa do Estado em que se produziu uma lei, cuja compatibilidade com a Constituição Federal é objeto de decisões judiciais conflitantes, pode propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) É obrigatória a oitiva do Advogado-Geral da União em todos os processos de controle abstrato de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.
- e) Nenhum órgão do Executivo Federal pode dar aplicação a uma lei declarada inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade.
- 88- a) Não é cabível o mandado de segurança contra ato disciplinar.
- b) O conceito de casa, na garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio, abrange também o compartimento privado onde alguém exerce profissão ou atividade.
- c) Somente quando munida de autorização judicial pode uma autoridade pública ingressar durante o dia ou durante a noite no domicílio de terceiro.
- d) A garantia da liberdade de manifestação de pensamento traz ínsita em si mesma a possibilidade do anonimato.
- e) A ofensa à imagem de um indivíduo pode gerar pretensão de indenização por danos materiais, não, porém, de indenização por danos meramente morais.
- 89- a) O mandado de segurança impetrado contra ato do Superior Tribunal de Justiça deve ser impetrado originariamente no Supremo Tribunal Federal.
- b) Somente questões de direito não controvertidas podem ensejar a impetração de mandado de segurança.
- c) Concedido o mandado de segurança na primeira instância, a ordem deve ser invariavelmente obedecida pela autoridade coatora, mesmo que a liminar, com o mesmo objeto, anteriormente deferida no mesmo processo, tenha sido suspensa pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança, ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- e) A entidade de classe precisa da autorização expressa dos associados para impetrar mandado de segurança coletivo em favor dos associados.
- 90- a) Uma lei desarrazoada pode ser, por isso, declarada inconstitucional.
- b) Somente agentes públicos investidos em cargos públicos podem responder a mandado de segurança, na qualidade de autoridade coatora.
- c) O Pacto de San José, tratado que entrou em vigor no Brasil depois do advento da Constituição de 1988, revogou o dispositivo constitucional que admitia a prisão civil do depositário infiel.
- d) Somente cabe a ação popular quando comprovado de plano o grave prejuízo financeiro acarretado ao erário pela conduta do administrador-réu.
- e) O patrimônio dos indivíduos está garantido contra o confisco, não se admitindo a perda de bens como sanção criminal.
- 91- a) O presidente da República não pode editar medida provisória para revogar outra medida provisória ainda não apreciada pelo Congresso Nacional.
- b) O *habeas corpus*, jamais o mandado de segurança, constitui instrumento apto para se insurgir contra a quebra de sigilo bancário de alguém.
- c) As Comissões Parlamentares de Inquérito, o Ministério Público, as autoridades policiais e autoridades da Receita Federal, além dos juizes, podem determinar a quebra do sigilo fiscal e bancário de pessoa sob investigação.
- d) O Superior Tribunal de Justiça é incompetente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento originário de mandado de segurança contra ato do Conselho Recursal de Juizado Especial.
- 92- a) Quanto às competências legislativas concorrentes da União e dos Estados-membros, a lei federal sempre prepondera sobre a estadual.
- b) É correto afirmar que o legislador federal efetua um bloqueio de competências do Estado-membro, quando legisla em matéria de competência legislativa concorrente.
- c) Os Estados-membros são livres para suplementar a legislação federal editada no exercício da competência exclusiva da União.
- d) Os Estados-membros e, nunca a União, dispõem de competências legislativas residuais.
- e) Os Estados-membros, por meio de leis complementares estaduais, podem dispor sobre questões específicas de matérias da competência privativa da União, independentemente de autorização federal para tanto.

93- Assinale a opção errada.

- a) É possível que, em ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal declare a inconstitucionalidade de uma norma sem que o dispositivo da lei seja excluído do ordenamento jurídico.
- b) O juízo de improcedência do mérito de ação declaratória de constitucionalidade equivale à declaração de inconstitucionalidade com efeito vinculante e eficácia contra todos.
- c) Dada a natureza declaratória da decisão de inconstitucionalidade de lei na ação direta de inconstitucionalidade, não se admite hipótese em que os efeitos dessa nulidade somente se produzam a partir do julgamento do Supremo Tribunal Federal.
- d) Se um juiz de primeira instância julgar uma ação ordinária, dando como inconstitucional uma lei que o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional em ação declaratória de constitucionalidade, a parte prejudicada não precisa recorrer à segunda instância para reverter a decisão, podendo se insurgir contra a mesma diretamente no Supremo Tribunal Federal, desde que a decisão do juiz não tenha transitado em julgado.
- e) A decisão de invalidade de uma lei, proferida em ação direta de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, não impede que o Congresso Nacional edite outra lei idêntica, mesmo depois do trânsito em julgado da decisão da Suprema Corte.

94- Assinale a opção correta.

- a) É inconstitucional a cobrança de contribuição previdenciária de servidores públicos já aposentados na data da criação da contribuição.
- b) O tempo de contribuição estadual ou municipal não pode ser contado para efeito de aposentadoria em cargo público federal.
- c) Nos termos da Constituição em vigor, ninguém pode perceber mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência pública.
- d) Os servidores abrangidos pelo regime de previdência pública, quando aposentados por invalidez permanente, qualquer que seja a causa desta, recebem proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- e) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social.

95- Assinale qual dos instrumentos abaixo não pode ser meio de controle de constitucionalidade em abstrato no Supremo Tribunal Federal:

- a) Recurso extraordinário
- b) Ação declaratória de constitucionalidade
- c) Arguição de descumprimento de preceito fundamental
- d) Ação rescisória
- e) Ação direta de inconstitucionalidade proposta por Confederação Sindical

Nas questões 96 a 100, assinale a opção correta.

- 96- a) Declarada inconstitucional norma constante de regimento interno do Superior Tribunal de Justiça, pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, os efeitos dessa decisão se estendem a normas idênticas de regimentos internos de Tribunais Regionais Federais, mesmo que estas não sejam objeto específico de ação direta de inconstitucionalidade.
- b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental somente pode ser empregada para questionar atos federais ou estaduais, sendo imprópria para questionar atos municipais.
- c) A arguição de descumprimento de preceito fundamental somente pode ser ajuizada na hipótese em que, contra o ato lesivo, não caiba mandado de segurança, dada a natureza subsidiária da ação.
- d) Todo indivíduo que tenha um direito previsto em preceito fundamental da Constituição violado por ato de poder público, tem legitimidade para propor a arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal, que será admitida se a Corte entender relevante a discussão para a ordem jurídica em geral.
- e) Somente pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade lei ou ato normativo federal ou estadual, jamais ato normativo municipal.

- 97- a) Governador de Estado não pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo federal.
- b) Em matéria tributária de interesse nacional, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional tem legitimidade para propor arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A suspensão liminar da eficácia de lei ou de ato normativo, em ação direta de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, acarreta a suspensão dos julgamentos que envolvam a aplicação da disposição que teve sua vigência suspensa.
- d) Norma de lei orçamentária que destina verba para certa finalidade concreta, em desacordo com preceitos constitucionais, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) Nenhuma associação de classe que tenha entre os seus membros outras associações possui legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- 98- a) A conversão em lei de medida provisória torna insuscetível de discussão qualquer eventual inconstitucionalidade formal de que a medida provisória pudesse padecer.
- b) Uma medida provisória pode ter vigência superior a 120 dias, sem que o Presidente da República a reedite.
- c) A medida provisória não é instrumento apto para dispor sobre matéria de direito penal, exceto quando favorece o indivíduo contra a ação persecutória penal do Estado.
- d) Consideram-se sem eficácia todas as medidas provisórias editadas antes do advento da Emenda Constitucional nº 32/2001 (que conferiu novo regime a esse instrumento normativo), que não foram reeditadas pelo Presidente da República depois da Emenda e não foram convertidas em lei pelo Congresso Nacional no prazo constitucional.
- e) A Emenda Constitucional nº 32/2001 proíbe o uso de medida provisória para criar ou majorar imposto, tornando superada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o admitia.
- 99- a) O mandado de segurança não pode ser impetrado para atacar decisão tomada em juízo criminal.
- b) Pacificou-se o entendimento de que o mandado de segurança coletivo tanto se presta à proteção de direitos subjetivos como de outros interesses dos beneficiados pela impetração.
- c) O mandado de segurança contra ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional deve ser impetrado perante a Justiça Federal de primeira instância.
- d) Se, no curso do mandado de segurança, não mais é fisicamente realizável a prestação pretendida pela ação, e se o juiz entende que houve ofensa ao direito do impetrante, deve a sentença condenar a impetrada em perdas e danos.
- e) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não cabe a desistência do mandado de segurança, depois de proferida a sentença de mérito.
- 100- a) Como regra geral, os impostos podem ser cobrados no mesmo exercício financeiro em que instituídos, desde que decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu.
- b) É vedado à União conceder incentivos fiscais que não sejam idênticos em todo o território nacional.
- c) O princípio da legalidade não tolera que imposto algum seja aumentado senão por ato normativo com força de lei.
- d) A Constituição, hoje, embora em norma programática, proíbe taxas de juros reais acima de 12% ao ano.
- e) A concessão de anistia relativamente a imposto federal depende necessariamente de lei específica federal.



CONCURSO PÚBLICO  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL - 2004

**GABARITO** (antes dos recursos)

**Prova Objetiva** (aplicada em 21/11/2004 - DOMINGO)

Gabarito 1																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A	E	B	C	B	D	B	E	C	A	A	D	D	A	E	C	B	A	D	C	E	B	A	C	C
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	E	D	D	C	E	B	D	A	A	C	B	E	A	D	A	E	D	C	A	E	D	D	B	B
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
C	E	C	A	B	A	C	E	E	C	B	D	B	A	D	A	E	D	C	B	C	A	B	B	D
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
E	D	C	B	A	E	D	C	A	E	A	E	B	D	A	D	B	C	E	D	A	C	B	C	E

Gabarito 2																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A	C	E	E	C	B	D	B	A	D	A	E	D	C	B	A	E	D	C	A	E	D	D	B	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	E	C	A	B	A	E	B	D	A	D	B	C	E	D	A	C	B	C	E	C	A	B	B	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
E	D	C	B	A	E	D	C	A	E	A	C	C	B	E	D	D	A	E	C	B	A	D	C	E
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
B	A	E	B	C	B	D	B	E	C	A	A	D	A	C	B	E	A	D	D	C	E	B	D	A

Gabarito 3																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A	E	B	D	A	D	B	C	E	D	A	C	B	C	E	C	A	B	B	D	E	D	C	B	A
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	D	C	A	E	A	C	E	E	C	B	D	B	A	D	A	E	D	C	B	A	E	D	C	A
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
E	D	D	B	B	C	E	C	A	B	A	C	B	E	A	D	D	C	E	B	D	A	A	C	C
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
B	E	D	D	A	E	C	B	A	D	C	E	B	B	E	C	A	A	D	A	E	B	C	B	D

Gabarito 4																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A	C	C	B	E	D	D	A	E	C	B	A	D	C	E	B	A	C	B	E	A	D	B	E	C
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	A	D	A	E	B	C	B	D	D	C	E	B	D	A	A	C	E	E	C	B	D	B	A	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
A	E	D	C	B	A	E	D	C	A	E	D	D	B	B	C	E	C	A	B	A	E	B	D	A
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
D	B	C	E	D	A	C	B	C	E	C	A	B	B	D	E	D	C	B	A	E	D	C	A	E

**DOS RECURSOS:** - Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada questão (relativo ao gabarito ou ao conteúdo da questão), desde que devidamente fundamentado, considerando-se, na hipótese de recursos de igual teor, apenas 1 (um) deles. - O recurso, dirigido à Banca Examinadora, deverá ser: a) apresentado em formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital nº 61/04 e do site [www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br), utilizando-se um exemplar do formulário para cada questão; b) entregue, nos endereços constantes do Anexo II do Edital nº 61/04, dirigido à Diretoria de Recrutamento e Seleção da ESAF. - Os recursos poderão ser promovidos, e efetivados, pelo candidato ou procurador seu. - Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, os pontos a esta correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem ou não apresentado recurso a respeito.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**

**EDITAL ESAF Nº 92, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL**

**O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no parágrafo único do Art. 47 da Resolução CSAGU Nº 1, de 14 de maio de 2002, republicada com alterações no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2002, torna públicas as seguintes decisões da Banca Examinadora proferidas em razão dos recursos apresentados à Prova Objetiva do concurso público de provas e títulos, para o cargo de Procurador da Fazenda Nacional, realizado no dia 21 de novembro de 2004, ratificadas pelo Conselho Superior da Advocacia-Geral da União:

I – ANULAR as questões abaixo indicadas, em seus respectivos gabaritos:

Disciplina	Gabarito nº	Questões
DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO	1	58 e 60
	2	03 e 05
	3	33 e 35
	4	43 e 45
DIREITO ADMINISTRATIVO	1	44
	2	19
	3	49
	4	59
DIREITO COMERCIAL	1	31
	2	97
	3	69
	4	37
DIREITO CIVIL	1	25
	2	63
	3	75
	4	03
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1	13
	2	67
	3	79
	4	07
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	1	07
	2	83
	3	89
	4	23
DIREITO DO TRABALHO, PROCESSUAL DO TRABALHO E DA SEGURIDADE SOCIAL	1	04
	2	80
	3	98
	4	32

II – ALTERAR a resposta da questão a seguir indicada, em seus respectivos gabaritos:

Disciplina	Gabarito nº	Questão	Resposta correta
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	1	09	D
	2	85	D
	3	91	D
	4	25	D

III – ATRIBUIR os pontos correspondentes às questões anuladas, indicadas no item I, a todos os candidatos presentes à prova objetiva, independentemente de terem ou não recorrido;

IV – VALIDAR o gabarito divulgado na forma do subitem 8.4.12 do Edital regulador do certame, com as anulações a que se refere o item I e a alteração constante do item II, ambos deste Edital;

V – DIVULGAR a anexa relação, em ordem alfabética, dos candidatos aprovados na prova objetiva, de conformidade com o disposto nos subitens 8.4.8, 8.4.9 e 8.4.17, combinados com o subitem 8.4.11, todos do Edital regulador do certame;

VI – JULGAR IMPROCEDENTES os demais recursos apresentados quanto à Prova Objetiva;

VII – CONSIDERAR REPROVADOS, para todos os efeitos, os demais candidatos que, por suas notas na Prova Objetiva, não se classificaram dentro do limite fixado no subitem 8.4.11 do Edital que ditou as normas regeedoras do certame.

**REYNALDO FERNANDES**